



Opinião Econômica

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP



Devemos celebrar os 25 anos do regime de metas de inflação

Ideia exótica em 1999, hoje ela é um sucesso institucional

O regime de metas de inflação completa 25 anos neste mês de junho. Sua implantação foi tão importante quanto o Plano Real na vitória contra a hiperinflação. A inflação desabou com o Plano Real, em 1994, mas foi efetivamente derrotada em 1999, com o regime de metas.

Entre 1995 e janeiro de 1999, a taxa de câmbio era controlada pelo Banco Central. Isso segurava os preços dos bens importados, que servem de insumo para a produção doméstica e concorrem com bens fabricados aqui. Assim, preços no Brasil não podiam subir muito. A política cambial era uma âncora para a inflação.

O problema é que esse modo de segurar a inflação não comba-

te suas causas, não permite que o câmbio se ajuste a mudanças na macroeconomia e só dura enquanto o Banco Central tiver dólar suficiente para atender qualquer demanda. No longo prazo, não é sustentável.

Em 13 de janeiro de 1999, esse regime de câmbio chegou ao fim, e Gustavo Franco deu lugar a Chico Lopes na presidência do BC.

Imaginava-se então que a inflação voltaria a subir. Quatro anos antes, no México, o fim do câmbio fixo com uma grande desvalorização cambial levava a inflação a 35% ao ano nos dois anos seguintes. Esperava-se algo parecido por aqui em 1999 e sabe-se lá o que viria depois.

Ao chegar, Chico Lopes insti-

tuiu a banda diagonal endógena para controlar o câmbio. Era difícil de entender, mas a ideia era familiar: uma intervenção complicada em um mercado importante. Não durou dois dias. O dólar fecharia janeiro com uma alta de 64% no mês.

Chico Lopes também não durou um mês no cargo.

Foi nessas circunstâncias que Arminio Fraga assumiu o Banco Central, em fevereiro de 1999.

Arminio trazia ideias claras que contrastavam com a confusão disfarçada de complicação que havia assolado a macroeconomia brasileira.

Em fevereiro de 1999, ele mostrava sua visão.

Ele explicava que não é fun-

ção do Banco Central alavancar o crescimento da economia. O que o Banco Central deve fazer é controlar a inflação e zelar pela estabilidade macroeconômica. Com a casa em ordem, poderíamos ter investimento, crescimento e melhoria nas condições de vida das pessoas.

O câmbio fixo não era sustentável no longo prazo. Com o câmbio flutuante, precisaríamos de um regime de metas inflacionárias.

O que era isso? Algo muito simples. O Banco Central teria como principal objetivo manter a inflação na meta determinada pelo Conselho Monetário Nacional. Para isso, manobriria as taxas de juros.

Para o Banco Central atingir seu objetivo, o equilíbrio fiscal era necessário.

Além disso, o Banco Central criaria formas de comunicar suas decisões e previsões com clareza para conquistar credibilidade.

Sério? Isso não podia funcionar. Cadê as pirotécias? Havia-

mos passado por anos e anos com planos heterodoxos de controle de inflação, congelamentos, tabelamentos, tablitas. Aí veio o Plano Real e em menos de um ano tínhamos uma âncora cambial segurando a inflação. Âncora que havia sido esmigalhada no mês de janeiro, junto com a banda diagonal endógena.

Então, em fevereiro, a gente ouvia que faríamos política monetária focada na inflação com comunicação clara e equilíbrio fiscal? Não poderia dar certo.

Só que deu muito certo.

Funcionou tão bem que hoje o regime de metas nem é questionado. Jamais é assunto de campanha. Nos acostumamos a discutir por 0,25%. Que ótimo!

O discurso de Arminio Fraga de 1999 me faz pensar como aquelas ideias poderiam ter estado ocultas quando eram óbvias ou assim hoje parecem.

Devemos, então, celebrar os 25 anos do regime de metas de inflação.

É hora da sua empresa focar no RECOMEÇO.

Solicite o

Pronampe Solidário RS

no Banrisul e comece a pagar depois de um ano.



Saiba mais em banrisul.com.br/reconstruir

SAC 0800 646 1515 Ouvidoria 0800 644 2200



Cooperativas de crédito formalizam ações em apoio ao Rio Grande do Sul

/CLIMA

Osni Machado

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A necessidade de uma solução financeira urgente para socorrer as empresas do Rio Grande do Sul atingidas direta ou indiretamente pelo desastre climático foi tema de debate ontem na Federasul.

Para tratar desse assunto e do desafio que o Rio Grande do Sul está enfrentando após a tragédia das chuvas, a entidade reuniu em encontro virtual do no Tá na Mesa o diretor-presidente do Banco Sicredi, Cesar Bochi e o presidente do Bancoob, Marco Aurélio Borges de Almada Abreu que abordaram o tema “O resgate do RS”.

O presidente da entidade, Rodrigo Sousa Costa, enfatizou que se não houver recursos “haverá uma onda de demissões no Estado já que as empresas não

faturaram no mês de maio e, portanto, não possuem recursos para a folha de pagamento dos funcionários que deve ser paga nesta sexta-feira”.

O dirigente destacou que o setor produtivo vem realizando reuniões de mobilização com parlamentares e lideranças sindicais em busca de um consenso na reivindicação de políticas públicas que possam estancar essa hemorragia. “Precisamos unir forças para resgatar a capacidade de geração de riqueza no Estado”, destacou o presidente.

O dirigente manifestou preocupação com a possibilidade de uma grande onda de demissões se não tiver as medidas emergenciais anunciadas pelo governo federal e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Nós precisamos de políticas públicas que estancem essa hemorragia e se não formos resgatados a tempo, temos risco de que ocorra um êxo-

do das pessoas do Estado”, cita. Sousa disse que o Rio Grande do Sul vai diagnosticar problemas de longo e médio prazo, mas, no momento, é necessário resolver isto primeiro. Ele lembra que tem empresas que foram impactadas diretamente pela enchente, porém, indiretamente, o problema afeta todos os segmentos. “O turismo, por exemplo, depende do funcionamento do aeroporto Salgado Filho”, salientou.

Cesar Bochi disse que o Sicredi é o maior financiador no Rio Grande do Sul e o segundo maior do Brasil. As cooperativas do Sicredi também foram reconhecidas pelo BNDES como as maiores financiadoras. Entre as medidas tomadas pelo Sicredi neste momento de dificuldades estão a prorrogação das operações de crédito de modo rápido, mudança da data do vencimento dos cartões de crédito, e postergação das datas dos vencimentos dos seguros, entre

outras iniciativas.

O presidente do Bancoob, Marco Aurélio Borges de Almada Abreu, reforçou o papel das cooperativas na busca de soluções para a crise gaúcha visando a retomada da capacidade produtiva do Estado. Relatou que inicialmente tiveram dificuldades nas negociações com os contratos vigentes junto ao Banco Central, mas que em seguida

todos os apelos foram atendidos, o que resultou em vários benefícios para tomadores de crédito como prorrogação do vencimento dos financiamentos, suspensão de cobranças de crédito, de seguro vencido, e maior prazo de carência. “Estamos juntos na luta para reunir o máximo de esforços que possam minimizar o impacto das perdas”, completou Almada.



Federasul teme êxodo de pessoas do Rio Grande do Sul